

Crescimento e Internacionalização da China: impactos potenciais na América Latina

André Moreira Cunha¹

Área 18. Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo (Sessões Ordinárias)

Introdução

Desde que iniciou seu processo de abertura e modernização econômica acelerada, no final dos anos 1970, a China vem apresentando uma vigorosa trajetória de crescimento e internacionalização. Com uma taxa média de expansão da renda superior a 9% ao ano, ao longo de mais de um quarto de século, a China atingiu, em 2005, a condição de quarta maior economia do mundo em dólares correntes, ou segunda maior em paridade poder de compra², o que significa, respectivamente, 5% e 15% da economia mundial³. As projeções atuais apontam para o fato de que a China deverá se tornar, ainda na primeira metade do século XXI, a maior economia do planeta⁴. No plano comercial, o país já é o terceiro maior *global player*, atrás apenas de Alemanha e Estados Unidos. Note-se que em meados dos anos 1980 a China representava cerca de 1% das exportações mundiais – peso equivalente ao do Brasil –, atingindo, atualmente uma participação seis vezes maior (WTO, 2006, Cepal, 2006). A partir do começo dos anos 1990, a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu investimento externo direto (IED). Recentemente, além de receptor o país também se tornou fonte de investimentos⁵, especialmente em outros países periféricos.

A expansão da presença da China na economia internacional manifesta-se em pelo menos três dimensões: em seu *drive* exportador, que vem impondo uma crescente pressão competitiva sobre economias industrializadas e em desenvolvimento; em sua demanda por matérias-primas e energia, que vem moldando uma política externa cada vez mais ativa; e em sua consolidação como pólo atrator de investimentos e irradiador de dinamismo comercial e financeiro em seu entorno regional e em outras regiões. As economias latino-americanas vêm experimentando os efeitos dessa dinâmica através da ampliação da corrente de comércio e dos fluxos de investimentos e, também, pela pressão concorrencial chinesa. Esta aparece com mais intensidade sobre as economias mais industrializadas da região, em seus próprios mercados e em terceiros mercados. Ademais, do ponto de vista conjuntural, desde 2003 a recuperação econômica das principais economias latino-americanas tem estado diretamente vinculada ao *boom* no mercado de *commodities* e ao comportamento excepcionalmente favorável dos mercados de ativos financeiros e bens, ambos

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do CNPq. E-mail: amcunha@hotmail.com. Agradeço ao apoio de pesquisa da bolsista PIBIC-CNPq Nathaly Xavier e ao CNPq..

² World Development Indicators, 2006 (www.worldbank.org).

³ Para se colocar em perspectiva, a economia latino-americana como um todo equivale à chinesa a valores de mercado ou é cerca de metade desta em PPP. No plano comercial há cerca de três décadas a participação latino-americana tem oscilado entre 6% e 7% do total das exportações mundiais. A China absorve o equivalente a todo o IED que se direciona para a América Latina, excluídos os paraísos fiscais do Caribe.

⁴ Conforme sugerem, dentre outros, Wilson e Purushothaman (2003), National Intelligence Council (2005) e Trinh, Voss e Dick (2006).

⁵ O estoque IED no exterior de cerca de US\$ 46 bilhões ainda é pequeno quando se comparam os dados de outros países emergentes. Todavia, os fluxos são crescentes, tendo superado US\$ 11 bilhões em 2005 (tabela do Anexo do World Investment Report 2006 da UNCTAD – www.unctad.org - acesso em janeiro de 2007).

fenômenos derivados da dinâmica de crescimento chinesa em sua complementaridade com a economia estadunidense (Cepal, 2006, IMF, 2006, Unctad, 2006). Desde uma perspectiva latino-americana interessa analisar as condições de sustentabilidade deste ciclo e os eventuais desdobramentos de um cenário de *hard landing* da economia internacional.

É neste contexto o presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos potenciais para a América Latina do processo de internacionalização da China que, por sua vez, é um desdobramento da estratégia de desenvolvimento deste país. Na perspectiva chinesa haveria uma opção pela “ascensão pacífica” à condição de grande potência em uma clara tentativa diferenciação da trajetória de outros países, que em momentos de ascensão acabaram provocando conflitos políticos e guerras, como nos casos de Alemanha e Japão⁶ (Bijian, 2005). Argumenta-se aqui que a China possui uma estratégia política de longo prazo: colocar a civilização chinesa em uma posição de centralidade, mas não necessariamente de hegemonia, na ordem internacional. Tratar-se-ia, na verdade, de um reposicionamento histórico, de uma recuperação do espaço perdido para as nações ocidentais a partir da Revolução Industrial. Conforme sugere Maddison (1998), até meados do século XV a população chinesa teria os padrões mais elevados de renda *per capita* do planeta. A China então responderia por 1/3 da economia mundial. Seus líderes enxergavam o país como o centro mais avançado do mundo conhecido, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto nos planos moral e cultural. A sequência de derrotas militares e imposições comerciais desfavoráveis para países ocidentais e para o Japão trouxe uma crise de identidade na até então orgulhosa e milenar civilização. É neste sentido que alguns sinólogos sugerem serem a proclamação da República (1912) e a Revolução Comunista (1949) movimentos iniciais de reafirmação da nação (Landes, 1998, Pinto, 2000)⁷.

A estratégia de aceleração do crescimento através da adoção de uma maior exposição aos mecanismos de mercado deve ser compreendida com um “meio” para o alcance do objetivo maior da modernização chinesa (Saich, 2004, Woo, 2005). As reformas liberalizantes não são um fim em si mesmas, ou mesmo uma adesão à ordem liberal do mundo pós-guerra fria⁸. Até porque há contrastes evidentes entre o sucesso chinês de adaptação gradual e pragmática ao contexto de globalização e as experiências frustradas de “*big bang*” na transição das economias de planejamento central do antigo bloco soviético ou de implementação do Consenso de Washington na América

⁶ A literatura de história e política internacional oferece análises já clássicas que procuram modelar o processo de “ascensão e queda” das grandes potências (Kennedy, 1987, Landes, 1998). Constata-se a confluência de elementos de acumulação de poder *hard* e *soft* (militar, político, científico, cultural e econômico) no estabelecimento de hegemonias globais ou regionais. De forma recorrente a guerra acabou sendo o desaguadouro das tensões provocadas pelo choque entre as potências (ascendentes e decadentes). Os ensaios organizados por Fiori (2004) são o exemplo de fertilização cruzada de distintas perspectivas da política e da economia política no tratamento de temas contemporâneos.

⁷ *Insiders* do processo de abertura e modernização na China enfatizam a linha de continuidade entre as reformas propostas por Deng Xiaoping e a revolução de Mão Zedong. Ver, por exemplo, Wu (2005).

⁸ Por exemplo, o anúncio no Congresso do Povo realizado em 2007 de um novo marco legal que coloca a propriedade privada no mesmo patamar de proteção jurídica que a propriedade coletiva, parece responder não só às pressões de investidores privados mas, principalmente, procuraria atenuar o problema da expropriação de terras de camponeses por autoridades locais em meio ao vigoroso processo de urbanização. Ver: “NPC Adopts Landmark Property Law” (<http://www.china.org.cn/english/government/203220.htm> - acesso em março de 2007).

Latina (Rodrik, 2005). Sugere-se aqui que, no caso da China, a gestão macroeconômica de curto-prazo e o planejamento de desenvolvimento de longo prazo, ambos ancorados por uma política externa cada vez mais ativa, pretendem dar sustentação àquela trajetória de “retomada” de um papel de maior protagonismo na arena internacional. Para os chineses tal processo se completaria por volta de 2050, um século após a revolução de Mao Zedong (Bijian, 2005, Mahbubani, 2005, Zweig e Jianhai, 2005).

Além desta Introdução, o trabalho estará estruturado em mais três partes. A próxima seção analisará a estratégia chinesa de desenvolvimento e seus efeitos de transbordamento sobre a economia internacional. Na sequência são analisados alguns dos impactos da internacionalização da China sobre as economias latino-americanas. Seguem as considerações finais.

2. China: estratégia de desenvolvimento e internacionalização

A impressionante trajetória de crescimento da China vem colocando inúmeros desafios para analistas, *policymakers* e lideranças em diversas esferas de atuação. Em uma primeira aproximação é possível perceber um binômio admiração-temor que se manifesta tanto no plano econômico, quanto nos planos político, militar e cultural. Admiração pela capacidade do país mobilizar seus recursos humanos, materiais e espirituais para, em um relativamente curto espaço de tempo, lograr um robusto processo de crescimento econômico, modernização tecnológica, redução de pobreza, em meio a uma relativa estabilidade econômica e social. É bem verdade que há evidências de que o processo de modernização chinês tem limitações e problemas (Bijian, 2005). Mas também é fato de que ele mobiliza o imaginário dos observadores, pois serve para a “comprovação” de várias teses sobre o que determinaria o sucesso de um certo padrão de desenvolvimento. Liberais apontam que a adesão aos mecanismos de mercado, em um contexto de crescente liberalização econômica, explicaria o fenômeno chinês. Desenvolvimentistas enfatizam a regulação dos fluxos financeiros e o controle da taxa de câmbio, as políticas industriais e a inserção internacional estratégica. Reproduz-se, assim, não só o processo real de rápido crescimento baseado nas exportações e nas relações estreitas entre Estado e mercado, como o debate teórico e ideológico que vem sendo travado há várias décadas em torno da explicação do “milagre asiático”⁹.

Assim, a atual “milagre chinês” parece recolocar a questão dos “estilos de desenvolvimento” ou das formas alternativas de modernização capitalista, onde a via anglo-saxônica ou liberal tem por antagonismo conceitual os distintos modelos de “capitalismo organizado” (Zysman, 1983). Por muito tempo – pelo menos até meados da década de 1980 – os modelos alemão e japonês – esse replicado pelos *newly industrialized countries* (NICs) asiáticos, especialmente Coreia do Sul e Taiwan – mostraram um elevado dinamismo. A complementaridade entre “Estado” e “Mercado”, e a subordinação do mundo das finanças aos interesses desenvolvimentistas, eram apontados como

⁹ Referências sobre esse debate podem ser encontradas em Medeiros (2006), Unctad (2006), Rodrik (2005) e Fiori (2004).

elementos virtuosos. Nos anos 1990, o que era virtude passou a ser compreendido como fragilidade. No caso asiático, a crise financeira de 1997-1998 foi apontada por muitos críticos do “capitalismo organizado” como a prova definitiva dos desvios causados pela tentativa do Estado direcionar as forças de mercado. Todavia, a própria recuperação dos países da região e a manutenção do *drive* chinês, que está transformando as relações econômicas regionais e internacionais (Medeiros, 2006), nos impõem uma reflexão mais cuidadosa sobre as relações entre política e economia. Como sugerem Dooley *et al.* (2005) os países periféricos bem sucedidos na promoção do crescimento vêm perseguindo os ecos das estratégias desenvolvimentistas e intervencionistas – especialmente no que se refere à regulação dos mercados financeiros – que viabilizaram a reconstrução européia e japonesa no pós-guerra.

Por outro lado, há o temor de que o crescimento chinês aprofunde problemas globais de sustentabilidade ambiental, de pressão altista sobre preços de *commodities* e baixista sobre os salários dos países industrializados e de emergentes com estruturas produtivas mais complexas. Conforme será analisado na sequência, o crescimento da demanda chinesa por matérias-primas e da oferta de manufaturas nos mercados ocidentais é, ao mesmo tempo, uma fonte de estímulo e ameaça a outras regiões emergentes. As economias asiáticas estão perdendo mercados no Ocidente, mas ganhando espaço como fornecedores de insumos básicos e equipamentos sofisticados para a China. África e América Latina experimentam um novo *boom* comandado pelo ciclo de alta de preços das matérias-primas, o que pode reforçar sua condição hierarquicamente inferior na divisão internacional do trabalho. Com uma política externa cada vez mais ativa, a China vem gerando fontes potenciais de tensão com as potências já estabelecidas. Tanto no plano econômico, quanto no geopolítico, o fortalecimento da posição internacional da China aponta para a reversão da percepção do imediato pós-guerra fria de um quadro de hegemonia unilateral dos EUA. Ressalte-se, todavia, que aquele movimento vem se dando, até o momento, por meio da diplomacia e não da guerra.

2.1 Aspectos Estruturais e Estratégicos

As origens do atual *boom* chinês devem ser buscadas na política modernização que estabeleceu um foco no crescimento econômico¹⁰ e na melhoria das condições de vida da população. Sob a liderança de Deng Xiaoping, os ideólogos do Partido Comunista Chinês (PCC, de agora em diante) e os burocratas do governo iniciaram o processo de reconversão e abertura da economia. Idéias-força como “socialismo de mercado” e “caminho do desenvolvimento para uma ascensão pacífica” cristalizam a percepção da importância de se utilizar os instrumentos de mercado, especialmente para absorção de tecnologia e capacidades administrativas do Ocidente, de modo a criar as condições matérias da modernização. Em um sentido contrário à tese de Kennedy

¹⁰ Há aqui uma semelhança com a opção japonesa nos anos 1950 pelo crescimento e contra a remilitarização do país, a despeito das pressões estadunidenses por um maior ativismo do Japão nos conflitos regionais desencadeados pela Guerra Fria (Best *et al.*, 2005 e Greenville, 2005).

(1987), a economia e não a “guerra” garantiria o “espaço vital” da expansão chinesa. É por isso que Bijian (2005) afirma que “a mais significativa decisão estratégica feita pelos chineses foi a de abraçar a globalização, ao invés de rechaçá-la”. Contudo, não se pode confundir essa opção como a adesão aos princípios do neoliberalismo. A complexidade da dinâmica de modernização da China vem impondo um lento, gradual e controlado processo de incorporação/adaptação dos mecanismos de mercado, como sugerem, dentre outros, Ramo (2004), Flassbeck (2005), Rodrik (2005), Wu (2005) e Medeiros (2006).

O governo chinês trabalha com um horizonte de longo prazo para a realização plena dos objetivos de modernização (Saich, 2004, Woo, 2005)¹¹. Em meados de 2030, sua população se estabilizaria ao redor de 1,5 bilhão de habitantes, e somente em 2050, ao fim desse processo, a renda *per capita* atingiria um nível intermediário. Ademais, os planejadores da burocracia chinesa¹² e as lideranças do PCC estão conscientes das tensões provocadas pelo crescimento acelerado¹³. Em particular, preocupam-se em evitar os desequilíbrios distributivos, tanto funcionais quanto regionais, a escassez de matérias-primas e os problemas ambientais. Este é o foco do 11º Plano Quinquenal (2006-2010). No discurso oficial¹⁴, a abertura não pode suprimir a busca pela independência, e o imperativo da eficiência econômica não deve se sobrepor à harmonia e coesão da sociedade. O avanço tecnológico não pode comprometer a incorporação de mão-de-obra. O sucesso das zonas costeiras modernas deve ser gradualmente replicado no interior, no que vem se denominando uma “corrida ao oeste”. Não à toa, os investimentos públicos, especialmente em infraestrutura e habitação popular vêm se constituindo nos instrumentos de sustentação do ritmo de crescimento nos momentos de desaceleração das exportações¹⁵.

O rápido desenvolvimento chinês tem chamado à atenção da comunidade internacional, na medida em que gera externalidades que podem ser percebidas (potencialmente) como ameaças, especialmente nas áreas militar e de segurança energética. Ademais, apesar do avanço do último quarto de século, os níveis de renda do país (em termos absolutos e *per capita*) e sua constelação de recursos naturais e populacionais sugerem a necessidade da manutenção do crescimento, bem como evidenciam alguns de seus limites. A escassez potencial de energia, matérias-primas para a produção industrial e alimentos, estaria no centro das preocupações do governo chinês, o que estaria

¹¹ No 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, realizado em 2002, foram estabelecidas as metas de longo prazo de crescimento (<http://www.china.org.cn/english/features/44506.htm>, acesso em dezembro de 2005). Pretendia-se dobrar o PIB em 2010 sob a base de 2000. Em um segundo estágio, o PIB voltaria a dobrar até 2020, quando a renda *per capita* atingiria o nível intermediário de US\$ 3.000 dólares. Tal ritmo de expansão deverá ser mantido até meados de 2050. Ou seja, depois de crescer cerca de 9% ao ano no quarto de século que se seguiu ao início do processo de abertura, a China vislumbra a necessidade de sustentar um ritmo ainda elevado de crescimento, na casa de 7% ao ano pelos 50 anos seguintes.

¹² Mahbubani (2005) destaca que o PCC e a burocracia estatal chinesa experimentaram uma profunda transformação nos últimos anos. Mais do que isso, esse analista sugere que a atual geração de lideranças é a melhor que o país dispõe em décadas.

¹³ Ver “China’s Peaceful Development Road” (<http://www.china.org.cn/e-white/index.htm>, acessado em dezembro de 2005).

¹⁴ As principais lideranças chinesas reafirmaram sua preocupação com o crescimento excessivo quando do encontro do Congresso Nacional do Povo, em 2007. Na sessão de abertura do Fórum Nacional de Desenvolvimento, em março de 2007, Vice Premier Zeng Peiyan, classificou de insustentável o fato da China utilizar 15% da energia mundial para produzir o equivalente a 5% do produto mundial (China Daily March 19, 2007 - <http://www.china.org.cn/english/China/203358.htm>).

¹⁵ Esse ponto está analisado em Medeiros (2006) e Unctad (2005), de modo que não nos prenderemos a detalhes aqui.

influenciando sua política externa¹⁶. A busca de fontes de energia tem levado a China a se aproximar de países que fazem parte da área de influência dos EUA ou, mesmo, que estão em confronto com o *hegemon*, como Irã, Venezuela e Sudão¹⁷. Complementando a “diplomacia do petróleo”, a China tem anunciado investimentos em diversas economias periféricas¹⁸ e mesmo economias avançadas ricas em recursos naturais (como Canadá e Austrália), com vistas à ampliação das fontes de suprimento de insumos estratégicos (Zweig e Jianhai, 2005).

A política de “Going Global” pretende consolidar “campeões nacionais” eleitos para nuclear o esforço industrializante (Lunding, 2006, Medeiros, 2006), e que vêm sendo incentivados pelo governo a avançar em seus processos de internacionalização. Os conglomerados estatais na área de petróleo e gás, como a Sinopec, CNOOC e a Petrochina, representam a articulação entre a busca de segurança energética, a política externa e a estratégia de crescimento de longo prazo. Ainda na área de *commodities* há outros gigantes com controle ou participação estatal, como a Aluminum Corporation of China (Chalco) e a Baosteel. No setor de bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, há empresas como Huawei, TCL, Lenovo, Boe Technology e Galanz. Há, ainda, corporações que estão em trajetória de internacionalização em setores como alimentos e bebidas (Tsingtao, Cofco International), comércio e navegação (China Ocean Shipping Group, Sinochem Corp) e construção civil (China State Construction and Engineering Company). Todas essas empresas aparecem nas listas de maiores transnacionais oriundas de países em desenvolvimento e, algumas estão entre as maiores de seus respectivos setores em nível internacional, mesmo quando se incluem empresas dos países industrializados.

Ao se considerar as empresas de Hong Kong, Taiwan e de sino-descendentes – os chineses de ultramar (*overseas Chineses*) – em países asiáticos como Cingapura, Malásia, e Tailândia, nota-se uma influência crescente de capitais chineses na região e em nível global (Unctad, 2006b). Neste sentido, é possível perceber a lógica da política chinesa de buscar um aprofundamento das relações econômicas no plano regional, tanto pela via usual dos fluxos de comércio e investimento, quanto pela construção de laços institucionais mais sólidos, onde o país busca cooptar vizinhos que poderiam, em princípio, serem deslocados dos mercados globais por força da concorrência chinesa e que passam a ter no próprio mercado chinês uma fonte substituta de dinamismo, conforme será detalhado na seqüência. Também desta forma estar-se-ia retornando a um papel histórico de liderança regional e que fora amortecido pela ascensão dos países europeus na era pós-revolução industrial (Pinto, 2000).

2.2 A Gestão Macroeconômica e Suas Conexões com a Estratégia de Longo Prazo

¹⁶ Ver Medeiros (2006), Zweig e Jianhai (2005), Mahbubani (2005), Jisi (2005), Lunding (2006) e Trinh, Voss e Dyck (2006).

¹⁷ Detalhes em Zweig e Jianhai (2005).

¹⁸ Prasad e Wei (2005) reportam um movimento de expansão de investimento externo originado na China e estimulado pelo governo – desde 2001 estão sendo implementadas medidas de desregulamentação da conta capital com esse intuito. Em 2004, teriam sido perto de US\$ 4,00 bilhões, dos quais metade para a América Latina e 40% para países asiáticos. Ellis (2005) analisa os investimentos para a América Latina.

A gestão macroeconômica da China guarda relação estreita com sua estratégia de crescimento de longo prazo. Este fato aparece de forma mais explícita na gestão cambial e dos fluxos financeiros. No que tange ao primeiro elemento, o país tem procurado manter uma taxa de câmbio competitiva, o que se traduz pelas maciças intervenções no mercado cambial, que fizeram com as reservas internacionais superassem a casa de US\$ 1 trilhão no ano de 2006. Desta forma, é contida uma natural tendência de valorização do *yuan renminbi* frente ao dólar estadunidense, dados os mega-superávits em conta corrente e no conjunto do balanço de pagamentos (tabela 1, em anexo). No que refere aos fluxos de capitais, pode-se perceber uma inflexão liberalizante que, todavia, vem sendo moldada de forma a atender os interesses estratégicos mais gerais. No quarto de século que se seguiu à abertura promovida por Deng Xiaoping, tratava-se de priorizar a absorção de capitais (na forma de investimentos diretos e não de dívida) e tecnologia, além de ampliar a geração de divisas por meio do comércio internacional. Com uma capacidade para exportar mais robusta, a China pôde minimizar o temor da escassez de alimentos e matérias-primas, o que seria um limite objetivo à continuidade do crescimento. Em um novo momento, já no século XXI, o país partiu para a internacionalização de seus capitais e da sua moeda. Conforme destacado anteriormente, desde 2001, através de políticas como o “Going Global”, o governo vem estimulando os investimentos internacionais das empresas nacionais, especialmente as estatais, em áreas estratégicas, bem como permitindo que seus vizinhos utilizem o *yuan* para liquidar pagamentos no comércio bilateral regional.

O governo chinês tem procurado manejar de forma pragmática a gestão dos fluxos financeiros. Há incentivos tributários para a atração de IDE e, ao mesmo tempo, várias restrições para o seu direcionamento interno e para a constituição de passivos internacionais em instrumentos de dívida. É bem verdade que no período recente os créditos comerciais têm crescido de importância. Ademais, gastos diversos vem sendo flexibilizados, como em turismo e aquisição de ativos no exterior, especialmente por estatais chinesas em setores considerados estratégicos¹⁹. Depois da crise financeira de 1997-1998, a burocracia estatal optou por abandonar a meta de plena conversibilidade da conta capital e trabalha em ajustes pontuais que também buscam equilibrar as tensões provocadas pela necessidade de dar continuidade à internacionalização e modernização do país e os riscos associados à instabilidade dos mercados financeiros (Prasad e Wei, 2005). Neste mesmo sentido, os compromissos de adesão à OMC estão implicando na liberalização financeira interna. Desde dezembro de 2006, os bancos estrangeiros passaram a poder operar plenamente no mercado de varejo chinês. É importante notar que, em linha com a estratégia mais geral de desenvolvimento e atração de capitais estrangeiros, o governo está exigindo a constituição de novas

¹⁹ Os investimentos externos diretos líquidos da China no exterior passaram de US\$ 1,8 bilhão, em 2004, para cerca de US\$ 11 bilhões em 2005. Este valor equivaleu a 1/5 dos investimentos diretos recebidos pelo país em 2005 (IMF, 2006b).

empresas, que devem ser fortemente capitalizadas, de modo a fortalecer o (potencialmente frágil) setor financeiro²⁰.

Em julho de 2005²¹, a China abandonou o regime de câmbio fixo e adotou um regime de flutuação administrada para o *yuan* tendo por base uma cesta de moedas. Apesar de o *yuan renminbi* ter registrado uma valorização modesta frente ao dólar – algo em torno de 7% (março de 2007), muito abaixo do valor desejado por analistas e *policymakers* dos EUA (Goldstein, 2005, Treasury, 2006) – tratou-se de uma inflexão importante, pois revela como o país maneja o ajuste tático de suas políticas macroeconômicas diante da necessidade de preservar objetivos domésticos e conter pressões externas. Há nessa nova estratégia chinesa um reconhecimento de que os superávits em conta corrente e na conta capital podem agravar o quadro de desequilíbrios no comércio internacional, com um potencial político de provocar retaliações sobre o país. A opção de ligar o *yuan* a uma cesta de moedas, enfatizando o caráter “gradual” e “adaptativo” do novo sistema, parece revelar a preocupação do governo chinês em equilibrar tensões que são contraditórias. No *front* externo a pressão pela valorização do *yuan* frente ao dólar manifesta-se no plano comercial e diplomático, especialmente nas ameaças de retaliações protecionistas dos EUA.

Por outro lado, no plano interno, havia de se compatibilizar um eventual fortalecimento da moeda doméstica com o equilíbrio do sistema financeiro. Nos últimos anos os bancos chineses foram capitalizados com ativos financeiros denominados em dólares. Com isso, uma valorização do *yuan* nos níveis desejados em Washington e Wall Street – algo entre 10% e 30% – poderia causar um profundo desequilíbrio patrimonial nos bancos chineses, com efeitos potencialmente desestabilizadores sobre o sistema financeiro, em particular, e o conjunto da economia, em uma perspectiva mais geral. Os exemplos recentes da crise financeira japonesa e de outros países asiáticos, como Coreia, Indonésia e Tailândia, parecem assombrar os líderes da tecnocracia econômica chinesa²². Em meados de 2005, os empréstimos bancários equivaliam a 145% do PIB, e os depósitos a 190% do PIB. Para se colocar em perspectiva, o mercado de títulos de dívida tem uma proporção muito menor, 20% do PIB, e é praticamente dominado por títulos públicos. Roubini & Setser (2005) apontam para a elevada inadimplência no setor bancário, estimando, para dados de 2005, a existência de empréstimos problemáticos que podem oscilar entre 30% e 50% do PIB. Neste contexto, uma crise bancária teria efeitos profundamente desestabilizadores sobre a

²⁰ Alguns dos principais *players* internacionais - Citibank, HSBC, Bank of American, Goldman Sachs e American Express - já estavam posicionados no mercado chinês, através de parcerias minoritárias com bancos estatais, ou atendendo a clientes corporativos, especialmente os estrangeiros. O que se está abrindo no momento é o segmento comercial de varejo, com a ampliação dos segmentos de operações liberadas junto às pessoas físicas. O Banco do Povo da China exige que as novas empresas sejam constituídas com um capital mínimo de US\$ 124 milhões e que façam provisões adicionais de US\$ 12,5 milhões para cada nova agência aberta (“Bancos estrangeiros iniciam corrida por US\$ 4,3 tri na China”, Folha de São Paulo, 11/12/2006).

²¹ A Malásia fez o mesmo movimento, abandonando o câmbio fixo e adotando uma flutuação administrada. De acordo com o FMI (IMF, 2006c) as economias asiáticas têm se preocupado em não “descolar” o valor de suas moedas com respeito ao *yuan* para não perder competitividade nos mercados ocidentais.

²² Uma análise detalhada dos riscos envolvidos na (então possível) valorização do *yuan* sobre o sistema financeiro chinês pode ser encontrada em Roubini & Setser (2005b).

economia. Apesar desse risco potencial, tais bancos têm sido fortalecidos pelo aporte de recursos de bancos estrangeiros, que se tornaram acionistas (estratégicos) minoritários, bem como com a oferta primária de ações na Bolsa de Hong Kong (IMF, 2006b).

Há, também, uma clara preocupação em estabelecer um padrão de crescimento “sustentável”, o que se traduziu no esforço iniciado em 2003 de frear a expansão dos investimentos industriais, que vêm se situando em níveis superiores a 20% ao ano, já tendo atingido a casa dos 40%. Tal ritmo gera pressões sobre a infra-estrutura dos principais centros industriais, com impactos adicionais sobre o meio-ambiente, os preços de *commodities* industriais e a capacidade de gestão política do sucesso econômico, para citar algumas áreas enfatizadas pelos *policymakers* chineses (Roubini & Setser, 2005b). É importante lembrar que desde 2003 a China vem crescendo acima de 10% ao ano (tabela 1, em anexo), apesar da busca de controle sobre a expansão do crédito. Uma maior flexibilidade cambial ampliaria a autonomia da política monetária, e a valorização controlada do *yuan* permitiria reduzir potenciais pressões inflacionárias e ampliar, gradualmente, a participação do consumo doméstico como fonte de crescimento da demanda. O extraordinário desempenho do comércio exterior chinês em 2005 e 2006 (tabela 1, em anexo), fruto do descolamento das taxas de crescimento das exportações e importações, é outro sinal de que haveria espaço, do ponto de vista interno, para alguma apreciação cambial.

Observadores ocidentais estão sugerindo que a China deveria adotar uma nova estratégia de crescimento capaz de contribuir para o ajuste dos desequilíbrios de pagamentos globais (World Bank, 2007, IMF, 2006b, 2006c). O excesso de poupança na China (cerca de 40% do PIB) seria a contrapartida da ausência de uma rede de proteção social suficientemente robusta para dar segurança corrente e futura à emergente classe média chinesa de que seu padrão de consumo pode se manter estável ao longo do tempo. Se os chineses ampliassem os gastos correntes em consumo isto poderia significar uma ampliação de importações do resto do mundo, o que reduziria o superávit em conta corrente chinês, que em 2006 superou os 8% do PIB. Não à toa, tal pressão é ainda mais intensa por parte dos EUA, cujos déficits em conta corrente também atingem, ano após ano, níveis recordes, só que negativos. Em 2006 tal lacuna chegou a 6,5% do PIB estadunidense.

Por fim, um desdobramento recente da situação macroeconômica da China foi o anúncio da criação de uma nova empresa para gerir parte das reservas internacionais²³. Atualmente estas estão sob o abrigo da SAFE (State Administration of Foreign Exchange), uma agência estatal que está sob o controle do Banco Central. Estima-se que algo entre 70% e 80% das reservas esteja na forma de títulos da dívida dos EUA e em títulos hipotecários estadunidenses. Os títulos públicos pagam taxas

²³ O anúncio se deu em fevereiro de 2007 (New Firm to Tap Forex Reserves, China Daily February 2, 2007, <http://www.china.org.cn/english/BAT/198601.htm>). Duas análises interessantes sobre o potencial desta nova empresa são: “China confirms agency for forex reserves”, Financial Times (<http://www.ft.com/cms/s/f006cc9e-ce01-11db-b5c8-000b5df10621.html>); e “Problem for China: Where to park funds”, International Herald Tribune (<http://www.iht.com/articles/2007/03/05/news/yuan.php?page=3>). Acessados em março de 2007.

de juros relativamente baixas, o que gerou um intenso debate na China e entre analistas especializados em finanças internacionais quando à conveniência de alocar uma parcela destes recursos para outras modalidades de gastos. Em linha com o que foi argumentado anteriormente, houve quem sugerisse que parte das reservas pudesse ser investida no fortalecimento dos gastos públicos em educação, previdência, saúde, etc. Isto poderia reduzir a poupança voluntária das famílias, ampliando o potencial de consumo do mercado interno chinês.

Ainda não foi detalhado qual será o montante de recursos e a estratégia operacional da “State Foreign Exchange Investment Company”. Especula-se que a empresa poderá emitir títulos em *yuan* para lastrear a própria política de acumulação de reservas. O enxugamento da liquidez doméstica contribuiria para equilibrar o crescimento e as pressões inflacionárias. Ademais, os recursos também poderiam ser utilizados para aquisição de ativos no exterior capazes de ampliar as linhas estratégicas de busca de segurança energética e alimentar, considerados pelos chineses pilares fundamentais da política de desenvolvimento. Na medida em que esta nova e (potencialmente) poderosa ferramenta de internacionalização da China for ganhando vida, também ficarão mais claro seus impactos sobre outras economias emergentes. Aqui nos interessa a situação da América Latina, conforme será analisado na sequência.

2.3 A China como Pólo Irradiador de Dinamismo Comercial e Financeiro

A consolidação da China como uma das maiores economias do planeta, e o crescimento acelerado de sua renda e comércio exterior, tornaram o país um dos principais pólos irradiadores de dinamismo, tanto em seu entorno regional, quanto para o conjunto da economia global. Estimativas recentes sugerem que a China vem respondendo por algo entre 1/4 e 1/3 da taxa de crescimento do PIB mundial (Cepal, 2006, IMF, 2006, Unctad, 2006). Isto se dá em um contexto em que a economia internacional vem apresentando taxas elevadas de crescimento da renda, do comércio e dos fluxos de capitais. O recente ciclo de expansão tem chamado a atenção dos analistas por apresentar características de forte convergência de estímulos positivos sobre diversos mercados, e por se revelar resistente às pressões altistas de preços de *commodities* e de certos ativos financeiros, como os imóveis. Em grande medida tal situação foi provocada pelas políticas contra-cíclicas das economias centrais, particularmente os EUA.

A virada do milênio havia sido caracterizada por uma elevada incerteza quanto à capacidade da economia internacional resistir às recorrentes crises dos mercados emergentes e à “exuberância irracional” do mercado financeiro estadunidense. De fato, entre 2001 e 2002, verificou-se um forte ajuste nos lados real e financeiro, com a taxa de crescimento do PIB recuando para menos de 3% a.a., contra a média superior a 4% dos anos anteriores, o volume de comércio atingindo uma variação anual de 0% em 2001 e 3% em 2002, e o mercado acionário dos EUA acumulando perdas da ordem de 40%. Todavia, já em 2003 as economias estadunidense e mundial se recuperavam com

um vigor impressionante, cujo momento de auge foi o ano de 2004, onde se verificou a maior taxa de elevação do PIB mundial em trinta anos. Entre os momentos de desaceleração e recuperação, as políticas monetária e fiscal dos EUA e, em menor intensidade, da Europa e do Japão²⁴, foram inusitadamente expansionistas. No primeiro caso, a taxa básica de juros do Fed foi reduzida de 7% para 1% em um curto espaço de tempo, ao passo que na esfera fiscal os superávits de 4% do PIB tornam-se déficits de 3% a 4% do PIB a partir das políticas de redução de impostos e ampliação de gastos – particularmente os associados ao esforço de guerra – da administração republicana. Os principais países europeus seguiram com déficits orçamentários da ordem 4% do PIB, ao passo que o Japão experimentava uma deterioração fiscal crescente com déficits na casa de 7% do PIB. As taxas reais de juros – de curto e longo prazos – da Tríade²⁵ tornaram-se negativas, posicionando-se nos níveis mais baixos desde a aceleração inflacionária do final dos anos 1970, começo dos anos 1980 (IMF, 2006, Unctad, 2006).

Nos EUA, tais estímulos permitiram a rápida recuperação dos gastos privados que, sob o estímulo de um processo de crescente endividamento, dada a elevada liquidez e as taxas de juros em queda, lançaram a economia em um novo ciclo de vigoroso crescimento – retomando o patamar de 3% a 4% ao ano – nos anos seguintes. Em paralelo à recuperação, novos desequilíbrios passaram a chamar a atenção. Os déficits externos em conta corrente foram atingindo níveis inusitados, passando de menos 2% do PIB em meados dos anos 1990, para 4% a partir do final daquela década, e 6% a partir de 2005. Isto acontecia apesar do enfraquecimento do dólar. O endividamento privado, especialmente das famílias, atingia níveis recordes, a deterioração das contas públicas era crescente e as pressões altistas em certos mercados financeiros, particularmente no segmento imobiliário, eram preocupantes. Neste contexto, foi se evidenciando as relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense. No plano comercial, a China tornou-se o principal parceiro dos EUA. Todavia, a relação bilateral apontava déficits comerciais crescentes, que passaram de uma média de US\$ 54 bilhões entre 1996 e 1999, para mais de US\$ 200 bilhões em 2005 (World Bank, 2006, Cepal, 2006). Em contra-partida a China, através da estratégia de acumulação de reservas e, assim, de compra de títulos do Tesouro dos EUA, passou a ser um dos principais financiadores dos déficits gêmeos da economia estadunidense. Tal relação complexa de complementaridade alimenta um debate sobre a sustentabilidade dos desequilíbrios globais de pagamentos e do quadro atual de elevada liquidez e juros reduzidos (Goldstein, 2005, Dooley, Folkerts-Landau e Garber, 2005).

A China está se transformando no principal centro dinâmico do Pacífico Asiático. Estimativas recentes (World Bank, 2006) sugerem que 1/3 das exportações totais dos países asiáticos emergentes – o que exclui o Japão – se destinam para países da mesma região. A China

²⁴ Em geral os países europeus e o Japão já adotavam políticas mais laxas.

²⁵ Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

absorve quase metade destes fluxos²⁶. Entre 1995 e 2005 os Estados Unidos tiveram uma pequena queda na sua participação como mercado de destino para este conjunto de países, passando de 22% para 20%. Todavia dois aspectos fundamentais, que não ficam evidentes com esses dados gerais, precisam ser destacados: (i) enquanto a China vem ampliando seu *market-share* nos EUA, os demais países asiáticos vêm perdendo terreno; (ii) 2/3 do total do comércio intra-regional reflete exportações de matérias-primas e componentes industrializados de outros países da região para a China que, por sua vez, está se transformando em centro regional de montagem final para posterior exportação a terceiros mercados, especialmente os EUA. Assim, conforme sugere o referido estudo do Banco Mundial, o peso do mercado estadunidense nas exportações asiáticas é bem maior do que sugerem as estatísticas formais de fluxos bilaterais de comércio.

Parece estar se cristalizando uma significativa complementaridade entre as estruturas produtiva e comercial da China e os demais países da região. No setor agropecuário a China é exportadora de produtos temperados para os países da ASEAN²⁷, e importadora de produtos tropicais. Este fato vem garantindo a viabilização do acordo de cooperação que tem por objetivo criar uma área de livre comércio China-ASEAN, a ser implementada entre 2010 e 2015. Já os países com estruturas produtivas mais complexas que a China, como Japão, Taiwan e Coreia, vêm se tornando fontes importantes de suprimento de máquinas e equipamentos que dão sustentação a um ritmo intenso de ampliação dos investimentos no setor produtivo industrial. Capital e tecnologia fluem na forma financeira – via investimento direto externo – ou na importação de equipamentos modernos. Somente quatro economias da região, Hong Kong, Japão, Coreia e Taiwan, vêm respondendo por cerca de 60% do IDE absorvido pela China²⁸ que, por sua vez, responde por 40% do total de investimento estrangeiro que entra na Ásia. A demanda chinesa por matérias-primas e equipamentos fica patente no fato de suas importações passarem de uma média mensal de US\$ 20 bilhões no começo de 2002, para mais de US\$ 50 bilhões/mês no final de 2004, início de 2005 – valor que segue crescendo para algo em torno de US\$ 70 bilhões/mês em 2006 (IMF, 2006b)²⁹. Assim, a China posiciona-se atualmente³⁰ como importadora líquida de insumos e equipamentos mais sofisticados dentro da região, e exportadora líquida de manufaturas para os mercados ocidentais³¹.

²⁶ Os dados são para 2005. Em 1995 esse mesmo comércio era de 30%, passando para 32% em 2005.

²⁷ Association of South-East Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

²⁸ Dados de Prasad & Wei (2005: 41). Em 2003, por exemplo, 33% do IDE originou-se em Hong Kong, 9,4% no Japão, 8,4% na Coreia, e 6,3% em Taiwan. É importante observar que por ser uma praça financeira internacional, uma parcela não desprezível do IDE de Hong Kong representa, em última instância, capitais da própria China e de terceiros países que fazem arbitragem regulatória com vista a obtenção de vantagens tributárias.

²⁹ Para se colocar em perspectiva, a China importa em um mês e meio o que o Brasil importa em um ano.

³⁰ A complexidade e velocidade das transformações da economia chinesa e de seus relações com o resto do mundo nos levam a sugerir cautela na projeção da situação corrente para o futuro.

³¹ Entre 2000 e 2004, o superávit do comércio chinês com os EUA e a Europa pulou de US\$ 37 bilhões para US\$ 115 bilhões. Em 2006, estes números passaram para, respectivamente, US\$ 150 bilhões e US\$ 100 bilhões. Com respeito à Ásia, o déficit passou de US\$ 13 bilhões para US\$ 30 bilhões, chegando a US\$ 60 bilhões em 2006. Tais cifras vêm se expandindo a taxas anuais de pelo menos 15% (IMF, 2006, Prasad e Wei, 2005). Para 2006 os dados foram capturados em: <http://english.mofcom.gov.cn>, acesso em março 2007).

A divisão regional do trabalho centrada na China é particularmente evidente no setor de produtos eletrônicos e de alta tecnologia³². Entre 1900 e 2005 este grupo de manufaturas passou de 7% – US\$ 4 bilhões – para 37% – US\$ 282 bilhões – das exportações totais da China, e de 10% – US\$ 5 bilhões – para 31% – US\$ 195 bilhões – das importações. Em sua composição nota-se que os insumos eletrônicos (partes e peças) respondem por 80% das importações totais dos eletrônicos e *high tech* originadas em outros países asiáticos, ao passo que os produtos finais somam mais de 50% das exportações daquela categoria de produtos. Ademais, há uma radical alteração neste perfil ao longo do tempo, pois no começo dos anos 1990 a China importava bens finais e exportava componentes. Assim, segundo o Banco Mundial “... 55% das exportações da China são de bens que têm sido importados para a China por empresas multinacionais para processamento e re-exportação aos mercados globais. Essas exportações processadas dobraram na última década...” (World Bank, 2006:19-20). Quando se leva em conta esse padrão percebe-se que o peso dos mercados da Tríade como destino final das economias emergentes da Ásia pode ser significativamente maior do que o sugerido anteriormente. Estimativas apresentadas pelo Banco Mundial sugerem que tal proporção passaria de 36% para 45% para o ano de 2005. Outras sugerem o comércio intra-regional seria de 14% e o extra-regional de 86%. Ainda assim, é importante deixar claro que nenhuma destas estimativas invalida o fato subjacente de que há um crescente dinamismo dos fluxos de comércio e investimentos que estão tornando a China o pólo central do *export-drive* regional.

A consolidação da China como motor de transmissão regional dos impulsos de crescimento vindos do ocidente está configurando um novo quadro de integração das economias asiáticas o que, por um lado, amplia os riscos de “efeito-contágio” no caso de uma reversão da conjuntura externa, e por outro, cria espaço para (em um futuro que ainda não pode ser visualizado) a emergência de um novo bloco geopolítico mais orgânico. Por isso é importante atentar para a importância regional e global da manutenção do crescimento com relativa estabilidade verificado no último decênio, quando as taxas de crescimento da China se estabilizaram em um nível elevado e, simultaneamente, a inflação se mostrou sob controle, conforme pode ser observado na tabela 1 em anexo. Com a expansão das receitas públicas os déficits fiscais são reduzidos e o governo chinês pode manter taxas de juros baixas, o que viabiliza a estratégia de esterilização das maciças intervenções no mercado cambial³³. Todavia, a acumulação de reservas na ordem de US\$ 200 bilhões por ano gera pressões expansionistas sobre a liquidez doméstica e, potencialmente, os preços. Aparentemente os níveis inflacionários moderados, especialmente quando se compara a performance dos primeiros quinze anos de modernização (Woo, 2005) parecem ser o resultado da combinação de alguns fatores: (i) os ganhos de produtividade; (ii) a pressão sobre os salários urbanos derivada do

³² No estudo do Banco Mundial (World Bank, 2006:19), correspondem às categorias 75, 76 e 77 da Classificação Uniforme do Comércio Internacional (detalhes em: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regst.asp?Cl=14>).

³³ Uma análise sobre as características de longo prazo do crescimento chinês e seus desequilíbrios está em Woo (2005).

contingente de trabalhadores rurais subempregados; e (iii) a manutenção adequada de suprimentos de alimentos e matérias-primas produzidos internamente e, principalmente, negociados em bases de longo prazo com fornecedores estrangeiros. Tais benefícios têm contribuído para amenizar a pressão inflacionária potencial sobre a economia mundial. Vale dizer, a China tem conseguido absorver os preços mais elevados de insumos energéticos e industriais, mantendo os preços das manufaturas em níveis que não geram distúrbios adicionais nos países importadores, particularmente os EUA (IMF, 2006b).

3. Impactos Sobre a Periferia Capitalista com Ênfase no Caso Latino-Americano

3.1 O Novo Ciclo de Expansão da América Latina

Desde meados de 2003 os países latino-americanos vêm experimentando um renovado dinamismo, que vem chamando a atenção dos analistas na medida em que o novo ciclo de expansão introduz elementos inusitados no quadro macroeconômico da região. A aceleração do crescimento está sendo acompanhada de uma melhoria nos resultados fiscais e externos – especialmente nas transações correntes – sem que haja pressões inflacionárias disseminadas, e nos marcos de uma tendência de redução na percepção de risco dos investidores internacionais – ao menos no que se pode capturar pelos níveis recordes de baixa nos indicadores de risco-país. No passado os *booms* de crescimento na região geravam forte deterioração das contas externas e fiscais, redundando em crises de balanço de pagamento e em episódios de surto inflacionário e fragilização fiscal. Há certa convergência entre os analistas que identificam na conjuntura externa excepcionalmente favorável os elementos que explicam o ritmo e o padrão da recuperação recente da América Latina (IMF, 2006, BIS, 2006, Unctad, 2006).

Conforme sugerem a Cepal (2006), o FMI (IMF, 2006, 2006d), a Unctad (2006), dentre outros, o triênio 2004-2006 apresentou os níveis mais elevados de crescimento (continuado) da América Latina nos últimos 30 anos – cerca de 5% ao ano. As projeções para 2007 sugerem a manutenção do quadro atual, ainda que com uma tendência de convergência para níveis mais baixos de expansão, próximos ao do PIB potencial, entre 3% e 4% ao ano. O ciclo atual vem sendo determinado pelo *drive* exportador de *commodities*. Entre 2002 e 2006, as *commodities* energéticas e não-energéticas acumularam elevações de preços da ordem de, respectivamente, 150% e 80%. Conforme explicitado no item 3.2 a pauta exportadora dos países latino-americanos é fortemente concentrada nestes produtos. Todavia, é importante perceber que o desempenho dos países da região não tem sido uniforme, até em função das diferentes estruturas produtivas, graus de abertura e de especialização nos setores beneficiados pelo *boom* nos mercados de produtos primários a partir da expansão do consumo chinês. Assim, quando se toma a evolução dos termos de intercâmbio, nota-se, para o período 2002-2005, um incremento de 23% para a média dos países sul-americanos 9% para o México e uma queda entre 4% e 9% para a América Central e Caribe (IMF, 2006d:6). Os

países que estão apresentando ritmos mais elevados de crescimento são aqueles mais expostos ao ciclo de preços de *commodities*, como Argentina e Venezuela. Estes mesmos países apresentam taxas de inflação mais elevadas do que a média regional de 5% entre 2004 e 2006.

O emprego cresceu de forma significativa em 2005 e 2006, com as taxas de desocupação apresentando uma trajetória declinante. O crescimento da renda está permitindo uma reversão no quadro de deterioração social. A pobreza está em queda³⁴ e os dois maiores países na região, Brasil e México, apresentam melhorias expressivas no perfil de distribuição de renda. No setor externo, há superávits em conta corrente desde 2003, com uma média superior a 1% do PIB. Os fluxos de capitais têm sido positivos. Em um quadro internacional de liquidez abundante e juros moderados, o perfil de endividamento tornou-se mais favorável. Em 2006 as reservas internacionais equivaliam 331% das dívidas externas de curto prazo, contra os 206% verificados em 2002 (IMF, 2006d:9). É interessante comparar o ciclo atual com o verificado nos anos 1990, quando a região absorveu volumes expressivos de capital estrangeiro. Entre 1991 e 1994 os países latino-americanos receberam o equivalente a 11% do PIB em investimentos (líquidos) em portfólio contra 4% de IED. Já entre 2003 e 2006 o IED predominou – 8% do PIB contra uma saída líquida de investimentos em portfólio entre 0% e 1% do PIB. Em 1998 as reservas internacionais eram de US\$ 180 bilhões, contra os US\$ 300 bilhões atingidos no final de 2006 (IMF, 2006d:10-12).

O FMI (IMF, 2006, 2006d) sugere que as principais fontes potenciais de instabilidade macroeconômica seriam: a tendência de aceleração no ritmo de expansão das importações que, desde meados de 2004, vêm crescendo mais que as exportações; e o crescimento acelerado do crédito e dos gastos públicos correntes. Apesar deste último alerta, no plano fiscal a região apresenta superávits primários e um resultado global equilibrado, próximo a 0% do PIB. Com a retomada do crescimento econômico, o déficit primário médio de 1% do PIB, entre 2002 e 2004, transformou-se em um superávit de 1,5% do PIB entre 2005 e 2006. As dívidas do setor público estão em queda como proporção do PIB e seu perfil de indexação está menos concentrado em passivos dolarizados. Com exceção do México, os principais países da região têm tido taxas de câmbio mais flexíveis e com uma tendência de forte apreciação, especialmente no caso do Brasil. As taxas de juros reais mostram-se moderadas ou mesmo negativas desde 2004 – no caso de Argentina e Venezuela, cuja inflação chegou a dois dígitos. Aqui, mais uma vez a exceção é o Brasil, com taxas básicas deflacionadas acima de 10% ao ano, o que equivale a mais do que o dobro da média mexicana ou cinco vezes mais do que o verificado no Chile e Colômbia.

Em síntese, o ciclo atual de expansão das economias latino-americanas está fortemente associado aos desdobramentos da conjuntura externa. Este, por sua vez, depende cada vez mais das

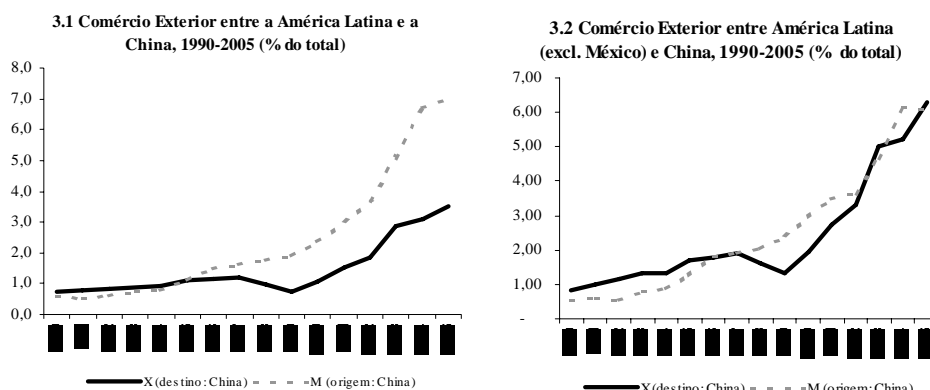
³⁴ Estimativas ainda preliminares sugerem que a proporção de pobres, considerando aqui a capacidade de aquisição de uma cesta básica de consumo definida nacionalmente, teria caído de 43% para 40% da população entre 2005 e 2006 (IMF, 2006d: 8).

relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense. As condições macroeconômicas globais favoráveis, não apenas no que se refere à recuperação do ritmo da economia mundial, mas também à evolução e patamares de preços-chave como a taxa de juros e a taxa de câmbio nos EUA, comandam o ritmo de liquidez e a evolução dos preços dos demais ativos financeiros e de *commodities*. Na sequência, estes elementos são articulados com a análise dos impactos sobre a América Latina do efeito-China.

3.2 América Latina e China: comércio e investimentos

Quando se toma como referência o quadro global descrito anteriormente e se analisam as relações econômicas entre a China e os países da América Latina, pelo menos quatro aspectos emergem destacadamente: (i) a intensificação da corrente de comércio e dos fluxos efetivos (e potenciais) de investimento estrangeiro neste início de século; (ii) a existência de dois padrões distintos de comércio, um representado pelo México e, em alguma medida, pelos países do Caribe, e outro pela América do Sul; (iii) a tendência à redução do conteúdo tecnológico nas exportações latino-americanas, especialmente dos países do Sul, e de elevação do conteúdo tecnológico das importações provenientes da China; e (iv) além da assimetria qualitativa na pauta, a América Latina revela-se mais importante para a China como mercado de absorção de suas mercadorias do que como fonte de suprimentos (CAF, 2006, Cepal, 2006, BID, 2006). Os dados mais recentes disponíveis sugerem que, para o conjunto da América Latina, o mercado chinês representou 3,5% do total exportado no ano de 2005 (Cepal, 2006). Este valor aparentemente pouco expressivo e tomado em um ponto do tempo não permite perceber o elevado dinamismo do comércio bilateral entre estas duas regiões. Conforme pode ser verificado nos gráficos 3.1 e 3.2, entre 1990 e 2005 a corrente de comércio entre estas economias cresceu entre cinco e seis vezes, caso o México seja incluído ou não. Naquele período, a taxa mediana de expansão das exportações da América Latina para a China foi de 20% ao ano, o dobro do verificado para o total exportado. Ademais houve uma aceleração neste ritmo a partir da virada do milênio, com uma mediana de quase 40%. Um padrão semelhante aparece nas importações. Por isso mesmo, a China vem ocupando um lugar de crescente destaque na pauta comercial da região.

Em um recorte sub-regional é possível verificar, na ponta exportadora, um comércio mais intenso com o Mercosul, especialmente Argentina e Brasil, que, em 2005, direcionaram, respectivamente, 8% e 6% de suas exportações para a China. Neste mesmo ano, Chile, Cuba e Peru exportaram cerca de 11% de suas mercadorias para aquele país. O conjunto dos países andinos direcionou um pouco menos de 3% de suas exportações para a China, ao passo que os centro-americanos canalizaram 1,6% de suas mercadorias para aquele mercado. Na ponta importadora, o principal destaque é o México, que representa cerca de 55% do total importado pela região, tomando-se a média 2002-2005.



Elaboração própria a partir da base de dados de Cenal (2006).

É de se destacar que o principal país exportador da região, o México, que responde por cerca de 40% do total exportado pela América Latina, destinou apenas 0,5% de suas exportações para a China. Este número contrasta fortemente com os dados de importação destacados anteriormente. Assim, o México exporta relativamente pouco para a China e apresenta uma tendência de déficits estruturais (gráfico 3.5). Desde logo, é importante notar que tal padrão está associado às relações comerciais entre EUA e México e ao papel das empresas multinacionais que operam naquelas economias e que estabelecem suas estratégias de localização, produção e exportação em escala global. Excluindo o México (gráfico 3.2) nota-se com mais clareza a importância crescente da China como mercado para as exportações da América do Sul, em particular de suas duas principais economias, Argentina e Brasil³⁵.

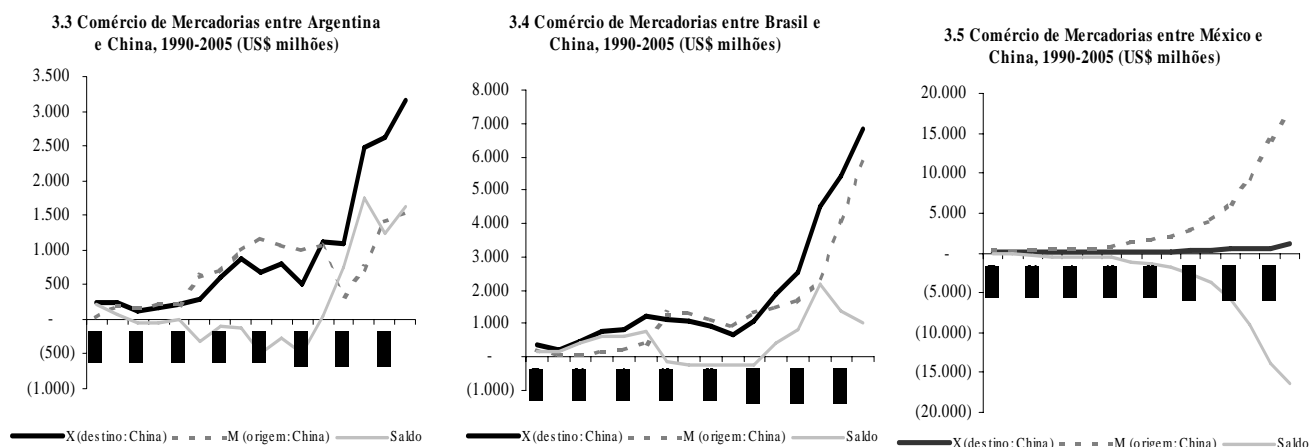
Do ponto de vista qualitativo o comércio exterior com a China vem se distinguido das demais regiões na medida em que estabelece um padrão de especialização mais intenso nos produtos de menor conteúdo tecnológico, quando se tomam as exportações, e o seu oposto, quando consideradas as importações. Assim, cerca de 80% das exportações da América Latina, excluindo ou não o México, estão concentradas em produtos primários e processadores de recursos naturais³⁶ (tabelas 2 e 3, em anexo). E, mais importante, tal concentração vem crescendo ao longo do tempo. No começo dos anos 1990 a pauta exportadora para a China era mais próxima da média geral, com os produtos mais básicos tendo um peso de 70%. Conforme pode ser visto nas tabelas em anexo, para o conjunto do comércio internacional latino-americano e nas relações bilaterais com os Estados Unidos e, em parte (quando se inclui o México) com a União Européia, verificou-se, no período 1990-2004, um movimento de leve melhoria no perfil de intensidade tecnológica das exportações³⁷. A única exceção relevante foi com a economia cujo intercâmbio vem apresentando maior dinamismo, a China.

³⁵ No começo dos anos 1990, a China representava cerca de 1% das exportações do Brasil e um pouco menos de 2% das exportações Argentinas. Em 2005 este valor saltou, respectivamente, para cerca de 6% e 8% (estimativas próprias com partir da base de dados da Cepal, 2006).

³⁶ Ver Cepal (2006) para um detalhamento dos setores considerados em cada agregado.

³⁷ Este resultado se deve ao processo de internacionalização via “maquilladoras” no México e ao avanço de exportações de manufaturas de maior intensidade tecnológica no Brasil, especialmente aviões. Não se trata, portanto, de um fenômeno generalizado. Note-se que México e Brasil respondem, respectivamente, por 40% e 20% do total exportado na região. É importante notar também que a exclusão do México nos dados regionais (tabela 3, em anexo) permite perceber que 2/3 das exportações latino-americanas para os dois principais mercados de destino, União Européia e Estados Unidos, seguem concentradas em produtos primários e industrializados baseados em recursos naturais. Tal proporção só cai sensivelmente com a inclusão do México e no caso do intercâmbio com os EUA – é o efeito-NAFTA.

Um corolário dos anteriores está explicitado nos gráficos 3.3 a 3.5: as principais economias latino-americanas, Argentina, Brasil e México, que respondem por 70% das exportações da região, apresentam padrões distintos de comércio com a China. Os dois primeiros países são superavitários, ao passo que o último é fortemente deficitário.



Elaboração própria a partir da base de dados de Cepal (2006).

Com respeito ao México, o efeito-China mostra-se mais complexo. Uma primeira observação relevante é que desde a virada do milênio a China deslocou o México como principal parceiro comercial dos EUA (Cepal, 2006, CAF, 2006). Ademais as relações comerciais bilaterais China-México são fortemente assimétricas, na medida em que a China já é a segunda principal origem das importações mexicanas – 8% do total, em 2005 – sem a contrapartida de exportações mais amplas. Cerca de 65% das importações do México originadas na China correspondem a três produtos: microprocessadores, partes e peças eletrônicas e partes e peças de telecomunicações. Assim, em uma perspectiva estrutural, o México depende quase que exclusivamente do mercado norte-americano como destino final de suas exportações, apresentando um perfil de comércio bilateral com a China onde há um volume expressivo de importações de diversos tipos de componentes e manufaturas que são parcialmente processados no país e exportados para os EUA. Não à toa, as importações mexicanas de produtos chineses passaram de US\$ 0,5 bilhão em 1995 para US\$ 18 bilhões em 2005. Por outro lado, as exportações para a China não apresentaram o mesmo dinamismo.

Quando são analisados os dados dos países da América do Sul, que apresentam uma situação geral de superávit com a China, deve-se notar que tal fluxo conjunturalmente favorável deve-se exclusivamente ao comércio de *commodities*, na medida em que há um déficit quando se toma o comércio de manufaturas (excluídos aqui os produtos intensivos em recursos naturais). Por exemplo, 70% dos US\$ 18 bilhões exportados para a China pelos países sul-americanos em 2004 está concentrado em três produtos: soja em grão, ferro e cobre. Ampliando-se a lista para os 15 principais produtos ou 90% do total exportado, aparecem também madeira, petróleo, farinha de peixe, alumínio, chumbo, couro, algodão, fumo, frutas e vinhos. Produtos manufaturados ocupam

uma margem quase negligenciável (Cepal, 2006). Mais uma vez é importante frisar que tal perfil não é uma novidade na região. O que deve ser percebido é que a concentração em *commodities* é mais intensa nas exportações para a China, quando se compara o total exportado (tabelas 2 e 3, em anexo). Este é um ponto relevante, na medida em que o comércio bilateral com aquele país é o que cresce de forma mais intensa nos últimos anos. Assim, em uma perspectiva mais conjuntural, Argentina e Brasil se beneficiaram do *boom* comprador chinês nos mercados de energia, alimentos e matérias-primas industriais de uso difundido (minério de ferro, produtos químicos, metais não ferrosos, etc.), o que impulsionou o volume exportado e, principalmente, os preços. Os superávits proporcionalmente mais elevados na Argentina em comparação ao Brasil se devem ao próprio processo de digestão da crise financeira de 2001-2002, que reduziu fortemente o nível de atividades e o consumo naquele país.

Cabe assinalar ainda, que a América Latina parece ser muito mais relevante enquanto mercado de destino das exportações de mercadorias chinesas do que como fonte de suprimento de matérias-primas. No começo dos anos 1990, somente 1% das exportações chinesas direcionavam-se para a América Latina. Em 2005 essa participação subiu para 4,5%. Por outro lado, neste mesmo período, os países latino-americanos que representavam 1,5% do total importado pela China passaram para 2,7% em 2005. Este fato pode ser explicado na medida em que a maior parte da importações chinesas são de manufaturas que, por sua vez, são provenientes predominantemente da Ásia, conforme analisado anteriormente.

A posição latino-americana não difere da de outras regiões ricas em recursos naturais e energia. Conforme sugerem Trinh, Voss e Dick (2006), África e América Latina são objetos de atenção crescente dos estrategistas chineses, o que tenderia a sinalizar para um quadro de maior direcionamento de investimentos diretos e de estabelecimento de contratos de suprimentos de matérias-primas em prazos mais longos³⁸. Há um claro otimismo com respeito à manutenção do *drive* importador chinês, compartilhado, em maior ou menor medida, por outros analistas (CAF, 2006, Cepal, 2006, Blázquez-Lidoy, Rodríguez, Sanrís, 2006, Lunding, 2006). Quanto aos investimentos externo chineses, estes ainda se concentram predominantemente na Ásia (73% dos estoques em 2005), seguida da América Latina (18%), com a África, a Europa e a América do Norte com participações de 2% e a Oceania com 1%. Ainda assim a forte concentração de matérias-primas estratégicas na África e América Latina faz com que estas regiões tenham perspectivas mais favoráveis de absorção dos crescentes fluxos de investimentos no exterior da China – com incrementos anuais projetados entre 10% e 15% (Trinh, Voss e Dick, 2006). É importante lembrar

³⁸ Alguns países, tanto na África quanto na América Latina se destacam mais: Angola, Sudão e República do Congo estão entre os dez maiores fornecedores de petróleo da China; o Brasil é o terceiro maior exportador de ferro para a China (a África do Sul ocupa a quarta posição) e o segundo maior exportador de soja, sendo a Argentina o terceiro (juntos, representam mais da metade do total de soja importada pela China); Chile e Peru são os principais exportadores de cobre para a China (em torno de 50% do total); Gabão, África do Sul e Gana estão entre os cinco maiores exportadores de manganês para a China (em torno de 37% do total); Burkina Faso, Benin e Mali correspondem a 20% (2004) das importações chinesas de algodão; Gabão, República do Congo e Guiné Equatorial atendem a 14% (2004) da demanda chinesa por madeira (Trinh, Voss e Dick, 2006).

que em sua visita à América Latina, em 2004, o presidente Hu Jintao, anunciou planos de investimentos na ordem de US\$ 100 bilhões para os anos seguintes. Com o mesmo espírito, no final de 2006 foi realizada em Beijing uma reunião de cúpula entre a China e mais de 40 países africanos, onde se reafirmou o desejo de aprofundamento das relações econômicas bilaterais.

4. Considerações Finais

O presente artigo procurou trazer evidências de que o ciclo recente de recuperação das economias latino-americanas está diretamente associado a uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável que, por sua vez, reflete os impactos do processo de ascensão da China à condição de potência internacional. Com exceção do Brasil, os principais países da região vêm crescendo a taxas significativamente maiores do que as médias verificadas nas últimas duas décadas. Ademais, tal crescimento coincide com uma melhoria nas finanças públicas e nas contas externas, sem que se identifique, até o momento, pressões inflacionárias generalizadas – com a exceção de Argentina e Venezuela. O *boom* nos mercados de *commodities* determinou, no plano comercial, e com rebatimentos diferenciados nas estruturas produtivas nacionais, esse momento favorável. A grande liquidez financeira internacional garantiu taxas de juros declinantes e o alongamento com mudança de perfil do endividamento externo dos países da região. Nos dois planos, comércio e finanças, é possível identificar como fonte dos estímulos positivos e dos desequilíbrios – efetivos e potenciais – as relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense.

Argumentou-se que a China tem uma estratégia política de longo prazo, manifesta na reafirmação da civilização chinesa em uma posição de centralidade na ordem internacional. O crescimento econômico foi o meio escolhido para criar as condições objetivas, domésticas e externas, para o alcance daquele intento. As políticas econômica e exterior se articulam de modo a viabilizar a expansão material do país e constituir a teia de apoios necessários à garantia do suprimento de energia e matérias-primas estratégicas. É neste contexto que deve se entender a ampliação dos vínculos da China com outros países e regiões.

Este início de século XXI tem sido marcado por um aprofundamento das relações econômicas bilaterais entre os países da América Latina e China. Desde 2001 a corrente de comércio entre as duas regiões vem se expandindo a taxas superiores a 30% ao ano, mais do que o dobro do que se verifica no total do comércio. Em 2005, a China absorveu hoje cerca de 3,5% das exportações totais da região. Mais importante do que esse número isolado é perceber: (i) o ritmo de expansão das exportações dos países latino-americanos para a China, e como este país tende a se consolidar com um dos principais parceiros comerciais; e (ii) os distintos padrões de relações

bilaterais na região. Projeções simples³⁹, que tomem por base as taxas medianas de crescimento do total das exportações da América Latina e da parcela destas que se direcionaram para a China no período 1991-2004, sinalizam para a possibilidade do mercado chinês vir a absorver entre 5% e 20% do valor exportado até 2015, o que implicaria tornar aquele país o primeiro ou segundo principal destino da produção latino-americana vendida no exterior.

Foram destacadas algumas características marcantes do comércio bilateral. Em primeiro lugar há dois padrões nas regiões: aquele identificado com a experiência mexicana e centro-americana, onde predominam déficits com a China; e aquele verificado nos países sul-americanos com superávits sustentados pelo *boom* das exportações de *commodities* primárias e energéticas, além de manufaturas de baixo conteúdo tecnológico. Nos dois casos o perfil de comércio vem se alterando ao longo do tempo em um sentido de redução do conteúdo tecnológico dos produtos exportados para a China e ampliação daquele conteúdo nas importações. É verdade que tal perfil não destoa do padrão histórico da região, cujas exceções mais notórias são Brasil e México, que apresentam estruturas produtivas e pautas de comércio mais diversificadas. Todavia, o peso dos produtos primários no total das exportações é mais intenso no comércio com a China. Assim se a “fome de matérias-primas” é uma benção no sentido de garantir o *drive* exportador de economias que já são especializadas em função de suas vantagens comparativas em recursos naturais, ela também pode ser uma ameaça para os que buscam a manutenção de uma base manufatureira mais profunda e diversificada (Moreira, 2006, Blázquez-Lidoy, Rodríguez, Sanrís, 2006).

A conjunção entre o *boom* exportador de *commodities* (e o risco da *Dutch disease*) e a pressão competitiva das manufaturas chinesas representa um importante desafio para os países emergentes que almejam um padrão de inserção menos dependente de ciclos exogenamente determinados pelas forças globalizadas do comércio e das finanças. Neste sentido o próprio exemplo chinês de planejamento de longo prazo, integração externa gradual e calibrada em função da necessidade de preservação do crescimento e, por isso mesmo, de conexão estreita entre as diferentes políticas e instrumentos em prol da realização de certos objetivos estratégicos, mereceria ser observado com mais atenção e, quando for o caso, replicado em seus aspectos não idiossincráticos.

5. Referências Bibliográficas

- BEST, A., HANHIMAKI, J. M., MAIOLO, J. A., SCHULZE, K. *International History of the Twentieth Century*. New York, Routledge, 2005.
- BID. *The Emergence of China: opportunities and challenges for the Latin America and Caribbean*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo/Rockefeller Center.

³⁹ Trabalhou-se com os dados disponibilizados pela Cepal (2006). Assumiu-se que o total das exportações da América Latina para o mundo crescerá a 11% ao ano (mediana do período 1991-2004), e que as exportações para a China cresceriam 25% (cenário base que parte da mediana do valor verificado entre 1991 e 2004), 30% (cenário 2, considerando 30% de expansão, que ainda assim é menor do que a mediana de 37% verificada a partir de 2000) ou 15% (cenário 3, considerando uma desaceleração para menos da metade do ritmo corrente).

- BIJIAN, Z. China's Peaceful Rise to Great Power Status. *Foreign Affairs*, v, 84, n. 5. New York: Council of Foreign Relations, 2005.
- BIS. *76st Annual Report*. Basle: Bank of International Settlement, 2006.
- BLÁZQUEZ-LIDOY, J., RODRÍGUEZ, J., SANTISO, J. Ángel o Demonio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 90, diciembre, p.17-43. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 2006
- CAF. *América Latina en el Comercio Global. Ganando Mercados*. Caracas: Corporación Andina de Fomento, 2006.
- CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 2006.
- DOOLEY, M. P., FOLKERTS-LANDAU, D., GARBER, P. International Financial Stability, Deutsche Bank, 2005. (<http://econ.ucsc.edu/~mpd/> - acesso em julho de 2006).
- DUNAWAY, S., LI, X. *Estimating China's "Equilibrium" Exchange Rate*. IMF Working Paper, 05/2002. Washington, DC: International Monetary Fund, 2005
- ELLIS, R.E. (2005). *U.S. National Securities Implications of Chinese Investments in Latin America*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College (<http://www.carlisle.army.mil/ssi/> - acessado em dezembro de 2006).
- FIORI, J.L. *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- FLASSBECK, H. China's Spectacular Growth since the Mid-1990s – Macroeconomic Conditions and Economic Policy Changes. In UNCTAD. *China in a Globalizing World*. New York and Geneva: United Nations, 2005.
- GOLDSTEIN, M. *What Might the Next Emerging-Market Financial Crisis Look Like?* IIE Working Paper 05-7 Washington, DC: Institute for International Economics, 2005. Disponível em: www.iie.com (acessado em agosto de 2005).
- GREENVILLE, J.A.S. *A History of the World: from the 20th to the 21st century*. New York, Routledge, 2005.
- IMF. *World Economic Outlook*, september. Washington, DC: International Monetary Fund, 2006.
- _____. *People's Republic of China: Staff Report for the 2006 Article IV Consultation*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2006b.
- _____. *Asia-Pacific Regional Outlook*, September. Washington, DC: International Monetary Fund, 2006c.
- _____. *Western Hemisphere Regional Outlook*, November. Washington, DC: International Monetary Fund, 2006d.
- JISI, W. China's Search for Satability with America. *Foreign Affairs*, v, 84, n. 5. New York: Council of Foreign Relations, 2005.

- KENNEDY, P. *The Rise and Fall of the Great Powers*. New York: Random House, 1987.
- LANDES, D. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W.W. Norton, 1998.
- LUNDING, A. *Global Champions in Waiting*. Frankfurt: Deutsche Bank Research, 2006.
- MADDISON, A. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 1998.
- MAHBUBANI, K. Understanding China. *Foreign Affairs*, v, 84, n. 5. New York: Council of Foreign Relations, 2005.
- MEDEIROS, C. A. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, vol.26, n^o3, July/Sept., 2006.
- MOREIRA, M.M. Fear of China: is there a future for manufacturing in Latin America? *INTAL-UTD Occasional Paper 36*. Buenos Aires: INTAL.
- NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Mapping the Global Future*. Washington, DC: National Intelligence Council, 2005.
- PINTO, P. A. P. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- RAJAN, R. Foreign Direct Investment and the Internalization of Production in Asia-Pacific Region: issues and policy conundrums. *Asia-Pacific Trade and Investment Review*, v.1, n.1, april, 2005. Bangkok, Thailand: United Nation Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.
- RAMO, J. C. *The Beijing Consensus*. London: The Foreign Policy Centre.
- RODRIK, D. Growth Strategies. In AGHION, P., DURLAUF, S. (eds.). *Handbook of Economic Growth*, North-Holland, 2005.
- (2003). Growth Strategies. (<http://ksghome.harvard.edu/~drodrik.academic.ksg/papers.html>)
- ROUBINI, N., SETSER, B. *The China Trip*, 2005 (acessado em junho de 2005 no site: <http://www.rgemonitor.com>).
- PRASAD, E., ROGOFF, K., WEI, S., KOSE, M. A.. *Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence*, 2003. (www.imf.org)
- PRASAD, E., WEI, S. *The Chinese Approach to Capital Inflows: patterns and possible explanations*. IMF Working Paper, 05/79. Washington, DC: International Monetary Fund, 2005.
- SAICH, T. *Governance and Politics of China*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- TREASURY. *Report to Congress on International Economic and Exchange Rate Policies*, may. Washington, DC: The United States Department of Treasury, 2006.
- TRINH, T., VOSS, S., DICK, S. (2006). *China's Commodity Hunger: implications for Africa and Latin America*. Frankfurt: Deutsche Bank Research (www.dbresearch.com - acesso em janeiro de 2007).
- UNCTAD. *Trade and Development Report*, 2006. Geneve: United Conference on Trade and Development, 2006.

- UNCTAD. *World Investment Report*, 2006. Geneve: United Conference on Trade and Development, 2006b.
- WILSON, D., PURUSHOTHAMAN, R (2003). *Dreaming with the BRICs: the path to 2050. Global Economics Paper n.99*. New York: Goldman Sachs.
- WOO, W. T. The Structural Nature of Internal and External Imbalances in China. The Brookings Institution, December 29, 2005 (<http://www.brookings.edu/views/papers/20060908woo.htm>)
- WORLD BANK. *AEP Regional Overview*, November. Washington, DC: World Bank, 2006.
- WORLD BANK. *China Quarterly Update*, February. Washington, DC: World Bank, 2007.
- WTO. *International Trade Statistics 2006*. Geneve: World Trade Organization.
- WU, J. *Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform*. Mason: Thomson, 2005.
- ZWEING, D., JIANHAI, B. China's Global Hunt for Energy. *Foreign Affairs*, v, 84, n. 5. New York: Council of Foreign Relations, 2005.
- ZYSMAN, J. *Government, Markets and Growth: financial systems and politics of industrial change*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

Anexo Estatístico

1. Indicadores Macroeconômicos da China, 1996-2007												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
1. Renda e Preços (% - variação anual)												
PIB Real	9,6	8,8	7,8	7,1	8,0	8,3	9,1	10,0	10,1	10,4	10,7	9,6
Inflação (IPC)	8,3	2,8	-0,8	-1,4	0,4	0,7	-0,8	1,2	3,9	1,8	1,5	2,5
2. Setor Externo (US\$ bilhões)												
Balança Comercial	20	46	47	36	34	34	45	44	59	134	178	188
Exportações	151	183	184	195	249	266	326	438	593	762	969	1.129
Importações	132	136	137	159	215	232	281	394	534	628	792	941
Conta Corrente	7	37	32	16	21	17	35	46	69	161	230	260
Conta Capital e Financeira	40	21	(6)	8	2	35	32	53	138	47	17	8
Investimento Direto Externo (líquido)	38	42	41	37	38	37	47	47	53	68	63	52
Memória												
Reservas Oficiais (US\$ bilhões)	108	143	150	158	169	219	295	403	610	819	1.066	1.334
Conta Corrente (% do PIB)	0,9	4,1	3,3	1,6	1,9	1,3	2,4	2,8	3,6	7,1	8,7	8,3
3. Finanças Públicas (% do PIB)												
Balanco Global	-1,6	-1,8	-3,0	-4,0	-3,6	-2,7	-3,0	-2,2	-1,3	-1,2	-1,0	-0,7
Receitas	11,2	12,1	13,0	14,3	15,3	15,1	15,9	16,2	16,6	17,8	18,9	19,2
Despesas	12,8	14,0	16,1	18,3	18,9	17,9	18,9	18,3	18,0	19,0	19,9	19,9
4. Moeda e Taxa de Juros (% - variação anual)												
Moeda Ampla (M2)	25,3	17,3	15,3	14,7	12,3	14,4	16,8	19,6	14,6	17,6	16,9	16,0
Taxa de Juros (depósitos de um ano)	7,5	5,7	3,8	2,3	2,3	2,3	2,0	2,0	2,1	2,3	nd	nd

Fonte: www.imf.org - China Article IV Consultation (diversos anos).

(*) projeções Banco Mundial (World Bank, 2007). Os dados de comércio exterior foram projetados pelo FMI em maio de 2006.

2. Perfil das Exportações da América Latina para Regiões Seleccionadas, 1990-2004 (%)

	América Latina		EUA		União Européia		China		Mundo - Total	
	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004
I. Produtos Primários	27,8	24,7	40,6	19,4	55,7	49,0	44,7	49,2	42,5	30,3
II. Produtos Industrializados	71,0	74,1	58,5	79,6	43,3	48,0	55,2	50,8	56,2	68,0
II.1 Recursos Naturais	24,4	24,6	18,6	10,5	24,5	23,2	24,8	29,5	22,8	16,2
II.2 Baixa Tecnologia	14,8	12,9	11,9	14,2	7,6	6,7	9,2	7,0	10,9	11,3
II.3 Média Tecnologia	27,3	29,8	21,4	32,1	9,4	13,3	20,9	9,2	18,3	25,7
II.4 Alta Tecnologia	4,5	6,7	6,5	22,9	1,8	4,8	0,4	5,0	4,2	14,8
III. Outros	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	3,0	0,0	0,0	1,3	1,7
IV. Total (I+II+III)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Primário + Ind. RN (I + II.1)	52,1	49,3	59,2	29,9	80,1	72,2	69,5	78,7	65,3	46,6

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados de Cepal (2006).

3. Perfil das Exportações da América Latina (excl. México) para Regiões Seleccionadas, 1990-2004 (%)

	América Latina		EUA		União Européia		China		Mundo - Total	
	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004
I. Produtos Primários	28,3	26,0	47,4	39,6	41,3	52,2	47,6	51,5	44,9	44,2
II. Produtos Industrializados	70,5	72,8	51,3	57,5	58,4	47,7	52,4	48,5	53,6	53,0
II.1 Recursos Naturais	25,3	25,6	26,0	24,1	30,8	28,4	25,8	30,8	26,9	24,4
II.2 Baixa Tecnologia	15,3	12,6	13,1	11,3	9,9	6,0	9,4	7,2	11,2	8,5
II.3 Média Tecnologia	26,1	29,2	9,8	13,7	16,3	10,6	17,0	8,7	13,4	15,4
II.4 Alta Tecnologia	3,9	5,5	2,5	8,6	1,4	2,6	0,2	1,8	2,2	4,7
III. Outros	1,1	1,2	1,3	2,8	0,2	0,1	0,0	0,0	1,5	2,7
IV. Total (I+II+III)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Primário + Ind. RN (I + II.1)	53,6	51,6	73,3	63,7	72,1	80,6	73,4	82,3	71,8	68,7

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados de Cepal (2006).

4. Perfil das Importações da América Latina de Regiões Seleccionadas, 1990-2004 (%)

	América Latina		EUA		União Européia		China		Mundo - Total	
	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004
I. Produtos Primários	25,4	23,2	10,8	8,6	4,1	2,2	11,7	2,1	15,8	10,8
II. Produtos Industrializados	72,9	75,1	80,7	90,3	91,2	96,4	87,8	96,7	78,7	87,8
II.1 Recursos Naturais	26,9	24,8	18,1	14,8	19,1	18,1	11,1	9,0	18,5	15,9
II.2 Baixa Tecnologia	13,2	12,6	11,9	16,3	10,1	11,0	37,4	24,7	11,6	14,1
II.3 Média Tecnologia	27,5	28,9	35,4	40,0	45,8	47,3	26,9	23,0	35,0	36,7
II.4 Alta Tecnologia	5,3	8,7	15,4	19,2	16,3	20,1	12,4	40,0	13,6	21,2
III. Outros	1,5	1,7	8,5	1,1	4,5	1,4	0,4	1,3	5,6	1,3
IV. Total (I+II+III)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Média e Alta Tec (II.3+II.4)	32,8	37,7	50,8	59,2	62,1	67,3	39,3	62,9	48,6	57,9

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados de Cepal (2006).

5. Perfil das Importações da América Latina (excl. México) de Regiões Seleccionadas, 1990-2004 (%)

	América Latina		EUA		União Européia		China		Mundo - Total	
	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004	1990-1992	2002-2004
I. Produtos Primários	36,9	34,3	9,9	8,3	8,5	5,0	16,8	2,7	18,5	14,9
II. Produtos Industrializados	100,0	100,0	87,8	90,8	89,6	94,5	82,9	97,0	80,0	84,0
II.1 Recursos Naturais	36,5	34,0	20,2	18,2	7,5	10,3	13,7	14,2	19,7	19,5
II.2 Baixa Tecnologia	18,1	17,1	8,7	8,9	13,7	17,5	36,5	32,7	10,1	11,3
II.3 Média Tecnologia	38,4	37,5	41,5	38,7	47,0	39,0	24,0	24,4	37,2	35,2
II.4 Alta Tecnologia	7,0	11,4	17,4	25,0	21,4	27,7	8,7	25,8	13,0	18,0
III. Outros	1,1	2,0	2,2	0,9	1,7	0,5	0,2	0,2	1,5	1,0
IV. Total (I+II+III)	138,2	136,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Memória										
Média e Alta Tec (II.3+II.4)	45,4	48,9	58,9	63,7	68,4	66,7	32,7	50,2	50,2	53,2

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados de Cepal (2006).